



ESCOLA DE
HUMANIDADES

CIVITAS

Revista de Ciências Sociais
Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política

Civitas 25: 1-11, jan.-dez. 2025
e-ISSN: 1984-7289 ISSN-L: 1519-6089

<http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2025.1.46400>

DOSSIÊ: COLETIVOS NAS AÇÕES COLETIVAS CONTEMPORÂNEAS: EMERGÊNCIA, CONTEXTO, DEFINIÇÕES E PRÁTICAS

Caracterização dos feminismos negros: dos coletivos da geração MNU às coletividades virtuais

Characterization of black feminisms: from the MNU generation collectives to virtual collectives

Caracterización de los feminismos negros: de los colectivos de la generación MNU a los colectivos virtuales

Dulcilei da Conceição
Lima¹

orcid.org/0000-0002-5136-3341
dulcilima78@gmail.com

Recebido em: 10 jun. 2024.

Aprovado em: 11 set. 2024.

Publicado em: 30. jan. 2025.

Resumo: Esse artigo busca traçar as principais características do feminismo negro brasileiro desde seu surgimento no final da década de 1970 por meio dos coletivos de mulheres negras até a contemporaneidade onde coletivos de feministas negras estão presentes e atuantes nas redes sociais digitais. A partir da coleta de dados, via formulários *online*, grupos focais e da utilização do método da Análise de Conteúdo, o artigo apresenta as formas de organização, pautas, estratégias, referências mobilizadas por feministas negras contemporâneas cuja atuação ocorre principalmente em redes sociais como Facebook e o X (ex-Twitter). A análise dos dados revelou que o feminismo negro em atuação nas redes sociais mantém grande parte das pautas e princípios que nortearam a geração que o precedeu, mas apresenta aspectos próprios como a distinção em dois diferentes segmentos, a produção e a difusão de conhecimento como uma diretriz fundamental e, ainda, a incorporação de pautas LGBTQIA+.

Palavras-chave: Feminismo negro. Mulheres negras. Coletivos feministas.

Abstract: This article seeks to trace the main characteristics of Brazilian black feminism from its emergence in the late 1970s through black women's collectives to the present day, where black feminist collectives are present and active on digital social networks. Based on the collection of data via online forms, focus groups and the use of the Content Analysis method, the article presents the forms of organization, agendas, strategies and references mobilized by contemporary black feminists whose activities take place mainly on social networks such as Facebook and the X (ex-Twitter). The analysis of the data revealed that black feminism active on social networks maintains a large part of the agendas and principles that guided the generation that preceded it, but presents its own aspects such as the distinction into two different segments, the production and dissemination of knowledge as a fundamental guideline, and the incorporation of LGBTQIA+ issues.

Keywords: Black feminism. Black women. Feminist collectives.

Resumen: Este artículo busca rastrear las principales características del feminismo negro brasileño desde su surgimiento a fines de la década de 1970, pasando por los colectivos de mujeres negras, hasta la actualidad, donde los colectivos feministas negros están presentes y activos en las redes sociales digitales. A partir de la recolección de datos por medio de formularios online, grupos focales y el uso del método de Análisis de Contenido, el artículo presenta las formas de organización, agendas, estrategias y referencias mobilizadas por las feministas negras contemporáneas cuyo trabajo se desarrolla principalmente en redes sociales como Facebook y el ya desaparecido X (ex-Twitter). El análisis de los datos reveló que el feminismo negro activo en las redes sociales mantiene gran parte de las agendas y principios que orientaron a la generación que lo precedió, pero presenta aspectos propios como la distinción en dos segmentos diferentes,



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Centro de Pesquisa e Formação do Sesc-SP, São Paulo, SP, Brasil.

la producción y diseminación de conocimiento como directriz fundamental y la incorporación de agendas LGBTQIA+.

Palabras clave: Feminismo negro. Mujeres negras. Colectivos feministas.

Coletivos feministas negros: a geração MNU

O engajamento político de mulheres negras em movimentos sociais e na resistência ao regime ditatorial, gestou – pela necessidade de articular, de forma autônoma, questões de sexo, classe e raça – o feminismo negro brasileiro (Rios 2017).

O feminismo negro surge por meio dos coletivos de mulheres negras no final dos anos 1970, a partir do processo de abertura política que permitiu a reorganização de movimentos sociais como o sindicalista, o estudantil, o movimento negro e feminista, ganhando efetivamente projeção nacional e identidade própria apenas em 1986 (Lima 2011; Rios 2017).

A inserção de mulheres negras nas universidades também colaborou para o nascimento do feminismo negro, uma vez que tais espaços propiciavam tanto as reflexões quanto o engajamento em atividades políticas. Nos espaços acadêmicos se destacavam nomes como os de Matilde Ribeiro, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Thereza Santos e Edna Rolland (Rios 2017; Brazil e Schumacher 2007).

Simultaneamente, surgia, na cidade de São Paulo, o Movimento Negro Unificado (MNU), tendo ativistas negras como Lélia Gonzalez e Neusa Maria Pereira compondo seu grupo fundador. Diferentemente de outros momentos do movimento negro brasileiro, o MNU nasceu já com pautas sobre as mulheres inseridas em seu projeto inaugural. Dessa forma, questões de interesse da mulher negra tais como: planejamento familiar, denúncia à violência contra a mulher, melhoria de condições e oportunidades de trabalho compunham a agenda de discussões do Movimento Negro Unificado (Domingues 2009).

A postura engajada nas questões de gênero adotada pelas militantes do MNU, considerada por Moreira (2007, 75) como uma "tomada radical de consciência de sua subjetividade feminina

negra", resultou no reconhecimento de seus pares masculinos quanto à necessidade de ações específicas voltadas para as mulheres (Lima 2011).

Entretanto, de acordo com Michael G. Hanchard (2001), o reconhecimento da discriminação sofrida pelas mulheres negras não resultou na compreensão, por parte dos homens negros, de que eles próprios reproduziam práticas sexistas dentro do movimento. Nesse aspecto, o feminismo negro foi fundamental ao trazer para o centro das discussões o sexismo como fator qualificador do racismo (Domingues 2009).

A inserção de mulheres negras em órgãos como o Conselho da Condição Feminina (São Paulo) e o Conselho Nacional da Mulher (DF), que contou com a participação de ativistas como Lélia Gonzalez, Benedita da Silva, Sueli Carneiro e Thereza Santos, colaborou para a disseminação das "propostas do movimento de mulheres negras" e permitiu a "elaboração de indicadores de desigualdades educacionais, no mercado de trabalho e nos rendimentos" (Rios 2017, 240-41) os quais traduziram em números a realidade profundamente desigual de mulheres negras em comparação com as brancas.

Inseridas em espaços feministas no contexto da década internacional da mulher, promovida pela ONU entre 1975 e 1985, as ativistas negras expandiram seu campo de ação abrangendo as conferências internacionais, o que permitiu a formação de alianças com feministas de várias partes do mundo (Rios 2017; Brazil e Schumacher 2007).

No mesmo período, as mulheres negras estadunidenses começaram a desenvolver análises críticas sobre o feminismo, bem como em relação ao movimento pelos direitos civis e o movimento Black Power. Tais críticas focalizavam a inabilidade desses movimentos em tratar as questões das mulheres negras. Nesse momento, essas ativistas recuperaram críticas feitas por mulheres negras do século 19, como Soujourner Truth, Mary W. Stewart, Anna Julia Cooper e Ida B. Wells-Barnett, mulheres que já discutiam as peculiaridades da condição feminina negra (Caldwell 2010).

Segundo Carla Cristina Garcia (2011), a década

de 1980 marca uma grande mudança no movimento feminista internacional. Surgem novas formas de organização política, o movimento adquire maior visibilidade, as pautas feministas alcançam o espaço acadêmico onde se multiplicam as disciplinas, centros de pesquisa e estudos sobre as questões de gênero e das mulheres. As críticas desenvolvidas pelas feministas negras estadunidenses, por exemplo, deram origem, nos anos 1980, aos Black Women's Studies (Calldwell 2010).

A anistia trouxe de volta ao Brasil mulheres que durante o exílio estiveram em contato com movimentos feministas estrangeiros. Ao aportar no país, essas mulheres compartilharam com as companheiras de ativismo perspectivas novas que diversificaram visões e práticas das feministas brasileiras (Pereira e Silva 2014). A questão racial, no entanto, ainda não encontrava lugar central nessa nova agenda feminista brasileira e conseqüentemente a relação entre feministas brancas e negras era constantemente permeada por conflitos. De acordo com Núbia Regina Moreira (2007), o movimento feminista do Brasil era composto basicamente por mulheres intelectualizadas e de classe média, que defendiam o pressuposto de igualdade universal entre mulheres. A aproximação com ativistas de grupos sociais distintos (entre as décadas de 1970 e 1980), não só propagou os ideais feministas dentro desses grupos, como levou para dentro do feminismo o questionamento acerca da perspectiva monolítica da categoria mulher (Carneiro 2003).

As ativistas negras denunciavam o fato de que o movimento feminista não havia superado o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento, de modo que não entendiam a necessidade de uma discussão racial (Barreto 2005). As feministas negras argumentavam que problemas enfrentados, de modo geral, pelas mulheres – como a dificuldade de acesso à educação, ao mercado de trabalho e a desigualdade salarial – eram acentuados pela discriminação racial, razão pela qual as conquistas das feministas, nesses setores, não teriam sido sentidas da mesma maneira pelas mulheres negras (Car-

neiro 2003).

Ao descrever um encontro feminista realizado no Rio de Janeiro em meados dos anos 1980, Lélia Gonzalez (2016, 410-11) fez o seguinte relato sobre a recepção de discussões propostas por mulheres negras,

[...] nossa participação causou reações contraditórias. Até aquele momento, tínhamos observado uma sucessão de falas acentuadamente de esquerda, que colocavam uma série de exigências quanto à luta contra a exploração da mulher, do operariado etc. A unanimidade das participantes quanto a essas denúncias era absoluta. Mas no momento em que começamos a falar do racismo e suas práticas em termos de mulher negra, já não houve mais unanimidade. Nossa fala foi acusada de emocional por umas e até mesmo de revanchista por outras; todavia, as representantes de regiões mais pobres nos entenderam perfeitamente (eram mestiças em sua maioria). Toda a celeuma causada por nosso posicionamento significou, para nós, a caracterização de um duplo sintoma: de um lado, o atraso político (principalmente dos grupos que se consideravam mais progressistas) e do outro, a grande necessidade de negar o racismo para ocultar uma outra questão: a exploração da mulher negra pela mulher branca.

Ainda nos anos 1980, diante das limitações impostas por homens negros e mulheres brancas dentro das organizações e diante da urgência em pautar os prejuízos decorrentes da intersecção entre racismo e sexismo, as feministas negras optaram por organizar grupos independentes, nos quais poderiam protagonizar a luta antirracista associada à feminista. Nasceram, dessa forma, os Coletivos de Mulheres Negras. Os coletivos eram células locais que junto a organizações como as associações de moradores lidavam com problemas cotidianos enfrentados pelas mulheres negras, como a falta de creches, a insegurança alimentar, a violência contra negros e negras, as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho formal, problemas de moradia. Os primeiros coletivos surgiram no Rio de Janeiro e em São Paulo. Raquel Barreto (2005, 27-28) define os coletivos da seguinte maneira:

O coletivo se estruturava com um trabalho político baseado nos campos de atuação das suas militantes, as quais eram ligadas às as-

sociações de moradores, um movimento com muita expressão na época. Atuavam lá as que estavam ligadas a outros campos, e atuavam em outros espaços. As atividades eram definidas como frente de trabalho, onde cada um se desenvolvia onde se sentia mais preparado e livre.

Como vimos no trecho de Raquel Barreto (2007), os coletivos de mulheres negras atuavam localmente, mas também estavam presentes em ações e debates mais amplos dos movimentos negro e feminista. Essa articulação entre ações locais e ampliadas favoreceram a multiplicação de coletivos e a constituição de redes que seriam fundamentais em ações como os preparativos para a conferência de Durban, onde as mulheres negras desempenharam um papel fundamental.

A eclosão de coletivos feministas negros na década de 1980 coincidiu com as mudanças no feminismo internacional, a ascensão do feminismo negro estadunidense e com o processo de redemocratização no Brasil, este último foi o fator que insuflou naquelas mulheres a certeza de que "a reconstrução da democracia do país passava pelo enfrentamento das desigualdades de raça e gênero".² Através desses coletivos, as ativistas negras buscaram estabelecer "alianças políticas com os movimentos sociais feministas, negros, sindicais e até organizações partidárias".² As mulheres negras desenvolveram linhas de atuação através de fóruns, conferências, encontros, boletins, revistas, jornais e mais recentemente em sites, *blogs* e redes sociais na internet (Barreto 2005).

Em 1988, foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (IENM), em Valença (RJ). Estiveram presentes representantes de coletivos de 18 estados da federação. No encontro, foram definidas as principais linhas de ação dos coletivos, que buscaram abarcar uma ampla variedade de assuntos, muitos dos quais já presentes nas pautas dos encontros feministas tradicionais como educação, aborto e contracepção. Ape-

sar da abrangência de questões, as feministas negras atuaram principalmente na denúncia à discriminação racial e à exclusão do mercado de trabalho formal. Criaram, ainda, estratégias que visavam orientar as mulheres negras em aspectos como a saúde³, educação nutricional, proteção de familiares contra violência policial e reconhecimento de direitos constitucionais (Hanchard 2001).

Em relação às dificuldades de acesso de mulheres negras ao mercado de trabalho formal, os coletivos se empenharam em instrumentalizar as mulheres negras a partir da qualificação da mão de obra, ampliação da escolarização, conscientização quanto à discriminação e principalmente através da elevação da autoestima, que consistia na reformulação do imaginário sobre a mulher negra.

[...] as mulheres negras brasileiras, do final da década de 1980, trouxeram à luz a reflexão de que a construção da imagem negativada da mulher negra na sociedade era fruto dos aspectos de raça, gênero e classe em primeira instância [...]. (Silva 2014, 34).

Ao longo dos anos 1990, os movimentos sociais passaram por um forte processo de institucionalização, muitos dos coletivos de mulheres negras se tornaram ONGs e apoiaram suas atuações na ajuda financeira de entidades privadas, principalmente as estrangeiras (Rios 2017). O trabalho de caráter independente e voluntário, feito a partir da divisão de tarefas conforme habilidades e tempo disponível das ativistas, deu lugar à profissionalização das atividades de caráter social.

O ponto alto desse momento foi a articulação das mulheres negras para participar da III Conferência contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia, Intolerância e Intolerâncias correlatas que se realizaria em Durban (África do Sul) no ano de 2001. Se valendo da ramificação dos coletivos feministas negros país afora e da articulação com as ONGs que contavam com recursos, reuniões

² Maciel, Regimeire e Flavia Rios. 2018. Feminismo Negro em três tempos. *Revista Labrys*, jun. 2018. Acessado em 15 maio 2024. <http://www.labrys.net.br/labrys31/black/flavia.htm>.

³ Sueli Carneiro (2003) atribui ao campo da saúde as principais conquistas das feministas negras, particularmente no que tange aos debates sobre esterilização compulsória e anemia falciforme.

preparatórias e debates foram realizados em todo o território nacional. A Conferência de Durban marcou a "maturidade e a força do movimento de mulheres negras brasileiras no âmbito internacional" (Rios 2017; Brazil e Schumacher 2007, 374).

Como resultado da Conferência, a feminista negra Edna Rolland tornou-se a primeira brasileira a ocupar o cargo de relatora da ONU, permitindo assim o "estreitamento das relações políticas entre atores da sociedade civil e agentes do governo brasileiro" (Rios 2017, 244). Tal aproximação contribuiu para a criação de políticas públicas mais assertivas no âmbito das questões étnico-raciais como as políticas de ação afirmativa. Nesse mesmo contexto, foi criada a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)⁴ que viria a ser presidida (em diferentes gestões) pelas feministas negras Matilde Ribeiro, Luiza Bairros e Nilma Lino Gomes (Rios 2017; Costa 2017).

A partir das atividades preparatórias para Durban e como consequência da Conferência, em setembro de 2002, surgiu a Articulação das Organizações de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB que promoveu, em novembro de 2015, a I Marcha Nacional das Mulheres Negras.

Os movimentos sociais contemporâneos ou novos ativismos insurgentes

Nos EUA e no continente europeu, os movimentos sociais de finais do século 19 até o início dos anos 1960 estavam vinculados ao movimento sindical, às instituições, partidos políticos e ao Estado. Os anos 1960 e 1970 inauguram os novos movimentos sociais que se caracterizam pela autonomia em relação às instituições de qualquer tipo, inclusive o Estado. É nesse período que emergiram os movimentos pelos direitos civis nos EUA, os movimentos estudantis, de contracultura e uma nova fase do movimento feminista (Santiago 2016; Gerbaudo 2014, Gohn e Bringel 2012).

No Brasil, os feminismos, as lutas antirracistas, ambientalistas, indígenas, homoafetivas,

ganharam expressividade entre as décadas de 1970-1980 e buscaram alcançar direitos no País em transição para a democracia e em vias de criar uma nova constituição (Gohn 2017; Perez e Souza 2017).

Os novos movimentos sociais buscavam se firmar pela identidade que construíam - ser mulher, ser negro, ser jovem, ser índio, ser morador da periferia etc. É interessante relembrar que esses novos movimentos sociais, na década de 1980, buscavam se diferenciar daqueles que se organizavam de forma tradicional, no meio rural ou no urbano, especialmente os de partidos políticos, sindicatos, movimentos rurais e organizações oficiais dos estudantes, a exemplo da UNE. Os novos eram organizados de maneira diferente, longe das estruturas rígidas dos movimentos operários ou sindicais - copiadas de partidos hierarquizados, com concepções e estruturas organizacionais centralizadas focalizadas em líderes ou lideranças. (Gohn 2017, n.p.)

A despeito do grande desafio em criar pontes de diálogos entre diferentes, tal reposicionamento possibilita que a luta pela plena cidadania, empenhada pelos movimentos sociais contemporâneos, seja plural e não mais norteadada por uma identidade que se pretende universalizante (Scherer-Warren 2006).

Stuart Hall (2005) e Ilse Scherer-Warren (2006) argumentam que, nas sociedades contemporâneas (particularmente no Ocidente), engendradas pela globalização, cujo ritmo se intensificou a partir dos anos 1970, coincidindo com a pluralização dos sujeitos sociais, ocorreu um processo de "proliferação de novas posições-de-identidade" por vezes polarizadas, "mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas" (Hall 2005, 84, 87) ao mesmo tempo que emergiam outras possibilidades de engajamento político pautadas por afinidades e valores como igualdade, liberdade, consciência ambiental, respeito às diversidades e cultura da paz (Scherer-Warren 2006).

Em autores como Richard Day (2005), Maria da Glória Gohn (2017) e Manuel Castells (2003), os ativismos contemporâneos são caracteri-

⁴ O golpe contra Dilma Rousseff em 2016 extinguiu a Seppir. Em 2023, o presidente Lula criou o Ministério da Igualdade Racial e nomeou Anielle Franco, também uma feminista negra, como ministra.

zados como movimentos marcados pela horizontalidade, informalidade, espontaneidade, pelo apartidarismo, federalismo, norteados pela descolonização, pela busca de alternativas de organização e pelo uso sistemático das TICs, em particular, por meio da internet e das redes sociais em suas ações. Seriam ainda, conforme Day (2005), orientados por afinidades, ou seja, por "relações não universalizantes, não hierárquicas, não coercitivas, baseadas em ajuda mútua e compromissos éticos compartilhados" (Day 2005, 8-9, tradução nossa).

Ilse Scherer-Warren (2006, 120) reconhece nos ativismos contemporâneos um conjunto de valores e ações orientadas pela solidariedade e cooperação visando os grupos populacionais "mais excluídos, mais discriminados, mais carentes e mais dominados". A autora atribui às organizações sociais mais recentes uma mescla de três formas de atuação: produção de conhecimento, ativismo e prestação de serviços.

Castells (2003) e Day (2005) avaliam que esses movimentos se dedicam na contemporaneidade à luta por mudanças dos significados atribuídos historicamente a grupos marginalizados e incorporados no cotidiano social como norma. Dessa forma, um dos objetivos que se pretende alcançar por meio do uso das ferramentas da *internet* por esses ativismos é a mudança de valores que estruturam a sociedade e moldam as instituições: "os movimentos sociais pretendem conquistar poder sobre a mente, não sobre o Estado" (Castells 2003, 117).

Organizados como coletivos, tais movimentos vêm crescendo e conquistando espaço tradicionalmente ocupado por organizações como partidos políticos de massa, sindicatos e ONGs que enfrentam na atualidade um esvaziamento provocado pela descrença na efetividade dessas entidades quanto à representação dos interesses dos grupos a elas associados (Castells 2003; Scherer-Warren 2006; Gomes 2016).

Sergio Amadeu Silveira (2016) concorda com essa premissa e acrescenta que esses movimentos também podem ser de opinião pública

e que buscam alterar as bases ideológicas que moldam o Estado sem, no entanto, tomá-lo como pretendiam os movimentos revolucionários de décadas anteriores. Enquadram-se nessa definição os ativismos queer, que contestam os padrões normativos de gênero, corpo e sexualidade, e outras formas de contestação das narrativas hegemônicas como os estudos pós-des-decoloniais no esforço de construir narrativas não eurocêntricas. Além disso, incluem-se os grupos racializados (negros, indígenas), ao denunciarem as concepções eurocêntricas de razão, espiritualidade e padrão de beleza, bem como os feminismos, que confrontam e buscam erradicar as estruturas patriarcais que moldam as sociedades ocidentais.

Gerbaudo (2014) defende que os movimentos sociais contemporâneos contestam arranjos coletivos tradicionais, como os sindicalistas que são marcados por uma "coordenação central e uma identidade forte" (p. 265), mas que isso não implica, necessariamente, na individualização dos movimentos, na ausência de identidade ou na completa horizontalidade. Embora se distingam dos movimentos tradicionais, os movimentos sociais contemporâneos são coletividades dotadas de intencionalidade, cujas linhas divisórias são mais porosas e as posições de liderança mais instáveis (Gerbaudo 2014, 267).

Elencando as mesmas características: autonomia, ação direta, uso intensivo das redes sociais e outras possibilidades oferecidas pela *internet* para o ativismo, a horizontalidade, etc., Cristiane Costa (2018) nomeia esses movimentos como novos ativismos insurgentes. No que tange ao feminismo, algumas teóricas têm chamado os movimentos contemporâneos de novos feminismos ou feminismos de quarta onda (Jónsson 2013;⁵ Garcia 2015; Rocha 2016; Hollanda, 2018).

Coletivos feministas negros contemporâneos

Este artigo é derivado do estudo que realizei para minha tese de doutorado onde investiguei

⁵ Jónsson, Ragnar. 2013. Is the 4th Wave of Feminism Digital? *Bluestockings Magazine*, 19 ago 2013. Acessado em 30 nov. 2017. <http://bluestockingsmag.com/2013/08/19/is-the-4th-wave-of-feminism-digital/>.

a atuação de feministas negras nas redes sociais. Entre os achados da pesquisa destacou-se o perfil de escolarização das feministas negras que colaboraram com o estudo, 96% delas tinham ensino superior completo ou estavam cursando, mais da metade conheceu o feminismo negro na universidade. Ficou evidente no estudo o impacto das políticas públicas para ingresso no ensino superior.

Um fenômeno que compartilha dessa mesma experiência é a proliferação de coletivos de estudantes negros nas universidades. Antônio Sergio Guimarães, Flávia Rios e Edilza Sotero, professores respectivamente da USP, UFF e UFBA, analisaram o fenômeno dos coletivos de estudantes negros, tendo suas universidades como estudos de caso e as conclusões a que chegaram convergem com as análises empreendidas por autores que estudam os movimentos sociais contemporâneos e com os achados da minha pesquisa.

Guimarães, Rios e Sotero (2020) argumentam que os coletivos de estudantes negros universitários mobilizam estratégias já consolidadas pelo movimento negro e feminismo negro, no entanto, se diferenciam pela horizontalidade, novo repertório de ação, uso sistemático das redes sociais digitais, preferência pela nomenclatura "ativistas" em detrimento de "militantes" (forma mais associada às entidades tradicionais das quais desejam se afastar) e a quebra de hierarquia de gênero, tendo como protagonistas desses coletivos, mulheres, gays ou lésbicas.

Conforme os autores, os coletivos negros surgem nas universidades como forma de estabelecer um espaço próprio e seguro onde os estudantes possam se sentir acolhidos e manifestar os vários aspectos de sua identidade negra, é também um espaço de organização das reivindicações como os apelos às mudanças curriculares, à incorporação de referências bibliográficas negras e por eventos que contemplem a experiência negra de forma ampla. Os

coletivos também se incumbiram de fiscalizar o cumprimento das ações afirmativas e exigir melhorias nas políticas de permanência de estudantes de baixa renda no ensino superior. Os autores atribuem ainda aos coletivos negros, o empenho de estudantes negros na produção de conhecimento sobre temática racial e destacam a presença desses coletivos nas redes sociais onde compartilham suas proposições e perspectivas extrapolando os muros das universidades (Guimarães et al. 2020).

Reconheço que o feminismo negro das redes sociais compartilha de características atribuídas aos coletivos de estudantes negros e aos movimentos sociais contemporâneos cujos principais argumentos foram apresentados anteriormente.

As principais características identificadas nos atuais coletivos de feministas negras e que se distinguem dos coletivos de décadas anteriores são a autodefinição como movimento político, mas também intelectual dedicado a desenvolver e disseminar concepções teóricas, métricas de análise, metodologias de pesquisas e epistemologias; o uso das tecnologias; acesso, produção e difusão de conhecimento de forma descentralizada; independência em relação às instituições, grande adesão às pautas Lgbtqi+, especialmente quanto às demandas de mulheres negras transgênero e travestis; segmentação em dois tipos de feminismo negro nas redes sociais, um feminismo negro liberal ou de consumo associado às *influencers* e *intelectuais midiáticas* e um feminismo negro colaborativo orientado pela busca por justiça social, é neste segmento que se encontram os coletivos feministas negros contemporâneos, cujos discursos e ações nas redes sociais são orientados pela premissa da colaboração horizontal em rede.

Para chegar a esse conjunto de informações realizei a coleta de dados em duas etapas, na primeira por formulários *online*⁶ e, na segunda, através da realização de dois grupos focais com mulheres negras entre 23 e 47 anos, residentes

⁶ A coleta de dados por formulários online foi realizada no ano de 2019, no total obtive o retorno de 99 mulheres. Desse montante 96% acessaram o ensino superior, sendo 49,5% em instituições privadas e 50,5% em instituições públicas. Parte significativa do grupo respondente (71 mulheres) tinha entre 20 e 39 anos.

dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pará e Paraná, integrantes dos coletivos Blogueiras Negras, Papo Reto, Minas Programam, Preta e Acadêmica, Quilombo Dandara e Kilombagem.

A partir das informações obtidas, foi possível perceber a relação profunda entre coletivos feministas negros e a universidade. As contradições, tensões e disputas que significam ser uma pessoa negra no espaço acadêmico, a sensação de deslocamento e não lugar que obriga a repensar seu lugar social na fronteira entre a academia e sua comunidade de origem, levou essas mulheres negras a buscar umas às outras e se organizarem em coletivos nas redes sociais onde puderam compartilhar suas experiências. A universidade destacou-se como um ambiente que proporcionou e/ou qualificou o contato das mulheres negras com o feminismo negro a partir das teorias desenvolvidas por intelectuais como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Angela Davis, Beatriz Nascimento, Jurema Werneck. Foi flagrante também o processo de reconhecimento de pertença racial tardio, proporcionado pelo ambiente acadêmico e pelas redes sociais a partir do encontro e troca com outras mulheres negras. Tal processo foi descrito como parte da compreensão do contexto racial brasileiro, do entendimento de como o racismo impacta a vida de cada uma, do reconhecimento das frentes de luta e referências culturais e por fim foi relatado como esse *enegrecimento* exerceu influência na organização de suas identidades pessoais.

Guimarães et al. (2020) indicam a produção de conhecimento dos estudantes negros como um dos importantes impactos dos coletivos negros. Entre os coletivos feministas negros em atuação nas redes sociais, a produção e difusão de conhecimentos é central, coletivos como Blogueiras Negras se dedicam exclusivamente a esse propósito. Conhecimentos adquiridos na universidade, em grande parte por estudantes que foram os primeiros de suas famílias ou comunidades a ingressar no ensino superior, foram transpostos para as redes sociais no intuito de difundir esses conceitos e fazê-los chegar a pessoas negras que ainda não tinham contato

com o material, colaborando dessa forma, com o enfrentamento ao epistemicídio e reconstrução de narrativas sobre a população negra, capazes de confrontar os discursos hegemônicos sobre esse nicho populacional.

Os autores afirmam que é parte da estratégia de reforço da identidade racial dos estudantes negros, a contestação dos currículos tradicionais e a adesão a autores dos estudos decoloniais, subalternos, feministas, queers, afrocentrados, e a valorização de autores não acadêmicos (como Carolina Maria de Jesus ou Nego Bispo) ou mesmo de conhecimentos de comunidades tradicionais, de religiões de matriz africana ou periféricas (Guimarães et al. 2020).

Essa perspectiva é válida também para os coletivos de feministas negras nas redes sociais em cujas páginas e perfis podemos encontrar uma considerável produção de conhecimento que se faz a partir de narrativas e experiências pessoais, na valorização de saberes produzidos por grupos subalternizados e em consonância com o ideário de intelectuais negras como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Patrícia Hill Collins e outras oriundas dos Black Women Studies. Além de oportunizar outros parâmetros para a constituição de identidades coletivas negras, essa produção confronta os estereótipos que situam pessoas negras como ignorantes, incapazes de produzir intelectualmente.

Textos de feministas negras africanas, norte-americanas, latinas e mesmo referências brasileiras cujos acessos eram dificultados pela língua estrangeira, linguagem acadêmica hermética ou mesmo falta de recursos materiais, se tornaram acessíveis por meio das ações de difusão empenhadas por coletivos de mulheres negras que primeiramente chegaram a esse material, a maioria pela via acadêmica, e partilharam esse conhecimento distribuindo arquivos em pdf, livros digitalizados, traduzindo textos em língua estrangeira, indicando leituras, produzindo resenhas, textos ou vídeos destrinchando conceitos complexos.

A produção e a difusão de conhecimentos é também uma das estratégias a qual se recorre

ao lidar com as pautas do movimento. Estas pautas são plurais e abrangentes, sendo em sua maioria uma retomada daquelas já defendidas ou sinalizadas por suas predecessoras e que nas redes sociais assumem as formas de redes de solidariedade, denúncias, campanhas e material informativo em textos, imagens e vídeos. Algumas dessas pautas são: o enfrentamento às violências física e simbólica (execução de jovens negros, feminicídio, encarceramento em massa, violência policial, doméstica, obstétrica e sexual, estereotipação); combate ao racismo, machismo, lgbtfobia, desigualdades sociais, combate ao epistemicídio, à branquitude e ampliação da representatividade política.

Incluem-se, ainda, a reivindicação por políticas públicas para aquisição de seguridade social, acesso ao mercado de trabalho, equidade salarial, de gênero, redução da sobreposição de jornadas de trabalho, acesso à saúde pública para mulheres cisgênero, transgênero e travestis, descriminalização do aborto, atenção à saúde reprodutiva e mental, combate à heterossexualidade, maternidade e solidão compulsórias, ampliação do acesso à educação e educação antirracista para toda população. A maior parte das pautas mencionadas vêm sendo trabalhadas pelos movimentos de mulheres negras há décadas. No entanto, há maior acento atualmente nas pautas da população Lgbtqia+, particularmente na articulação com as questões relacionadas às pessoas transgênero e travestis, o que demonstra certa articulação com parte do movimento Lgbtqia+.

Dentre as várias características elencadas pelos autores mencionados que são compartilhadas pelos movimentos sociais, coletivos de estudantes negros e de feministas negras, desejo sublinhar o uso das redes sociais. As plataformas da *internet* como os *blogs* e redes sociais foram paulatinamente apropriadas pelos coletivos de movimentos sociais como canais de circulação de informações, mobilização, construção identitária, organização de ações, proposição de conteúdos

próprios e distintos das narrativas hegemônicas dos veículos de comunicação tradicionais.

As mulheres negras, como tantos outros atores sociais, se inseriram nestas plataformas e têm feito múltiplos usos delas, seja para fomentar redes de empreendimentos econômicos como faz o coletivo Meninas Mahin⁷ (Oliveira e Lima 2020), buscar ou compartilhar conhecimento sobre questões raciais e de gênero, a exemplo da atuação do coletivo Mulheres Negras na biblioteca⁸ ou para outras atividades políticas relacionadas às suas demandas como faz o coletivo Mulheres Negras decidem.⁹

Catherine Steele (2016), ao analisar *blogs* escritos por mulheres negras, afirma que grupos excluídos do discurso público sempre buscaram meios alternativos para se envolver na sociedade democrática. Dessa forma, as novas mídias *online* se tornaram um importante espaço de atuação para tais grupos. Através de *blogs* e redes sociais, as mulheres negras não apenas narram suas experiências com o racismo e o machismo, mas também contestam o "cenário político, organizações e instituições sociais". Steele (2016, 79) considera que "o ativismo por parte das blogueiras é revolucionário porque cria novos espaços de oposição que transformam a vida cotidiana e o discurso".

Segundo Steele (2016, 79) as mídias *online* fornecem um meio onde as mulheres negras podem contestar livremente o discurso dominante e, dessa forma, rejeitar "as rotulações negativas e as representações opressivas", oportunizando, por meio de narrativas em primeira pessoa e estratégias retóricas, que tanto autoras quanto leitores "criem e articulem significado para si mesmos, fora das restrições da grande mídia" (Steele 2016, 80).

Considerações finais

A organização em coletivos é o formato adotado pelo feminismo negro brasileiro desde o seu surgimento no final dos anos 1970. A geração de

⁷ Ver em: <https://meninasmahin.com>.

⁸ Ver em: <https://www.instagram.com/mulheresnegrasnabiblio>.

⁹ Ver em: <https://www.instagram.com/mulheresnegrasdecidem>.

coletivos de mulheres negras, aqui denominada como geração MNU, marcou sua presença em todo o território nacional e buscou atuar junto a associações de moradores, sindicatos, organizações partidárias, e outras organizações populares no enfrentamento a problemas cotidianos que afetavam a vida da população negra como as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, insegurança alimentar, falta de creches e falta ou precariedade de moradia. A geração MNU, ainda que com muito menos acesso ao ensino superior em comparação com a atual, produziu intelectuais negras que se tornaram referências incontornáveis, como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. Ao longo dos anos 1980 e 1990, os coletivos feministas negros se multiplicaram, formaram redes e se institucionalizaram, suas ações foram imprescindíveis no desenvolvimento de políticas públicas para população negra como as ações afirmativas e políticas de saúde voltadas para esse grupo populacional.

As feministas negras contemporâneas se reconhecem como herdeiras da geração MNU e celebram as mulheres negras da geração fundadora como referências importantes, mas nem sempre há diálogo entre essas gerações, como pude observar na pesquisa que resultou na tese, e como apontam outros autores, como Guimarães et al. (2020).

Grande parte das pautas defendidas pelos coletivos de mulheres negras hoje são continuidade ou retomada de agendas iniciadas pelos coletivos de décadas anteriores. No entanto, os coletivos contemporâneos de feministas negras abriram outras frentes de atuação como a incorporação de pautas do movimento Lgbtqi+, particularmente as questões que se referem às transgeneridades e travestilidades, a produção e difusão de conhecimento em larga escala propiciado pelas redes sociais, a criação de coletivos que ofertam serviços específicos como o auxílio a estudantes negros no desenvolvimento de projetos de pesquisa para pós-graduação ou a formação de bibliotecas negras. Sobre esse aspecto, os coletivos feministas negros parecem corresponder à definição de Scherer-Warren (2006) ao propor que as organizações sociais atuais possuem três

formas de atuação: a produção de conhecimento, o ativismo e a prestação de serviços.

Os coletivos contemporâneos de feministas negras compartilham das principais características atribuídas aos coletivos políticos que mobilizam a ação coletiva desde o início da década de 2010 como a horizontalidade, a informalidade, a espontaneidade, a busca pela descolonização, a solidariedade e a cooperação com grupos mais vulneráveis. Além disso, o uso intenso das plataformas de internet e das redes sociais como forma de sociabilidade, partilha de conhecimentos, ação em rede, denúncia e convocação para ações coletivas tanto nas ruas quanto nas redes, além da luta por mudanças dos valores e significados atribuídos aos grupos marginalizados no intuito de alterar a opinião pública sobre esses sujeitos. As ativistas definem o movimento feminista negro como simultaneamente político e intelectual, dedicado ao enfrentamento das opressões de gênero, raça, classe e seu caráter interseccional por meio de análises, qualificação do discurso e articulação de ações que visam à superação das condições adversas vivenciadas por mulheres negras e pobres.

É notável o relevante papel do ambiente universitário na produção dos coletivos de estudantes negros e de feministas negras. Contudo, cabe ainda aprofundar a investigação acerca do grau de influência da universidade na atuação e fortalecimento de coletivos feministas negros, buscando qualificar a compreensão sobre as dinâmicas da academia que estiveram relacionadas aos novos contornos observados no ideário e ações dos coletivos de feministas negras surgidos a partir da década de 2010.

Referências

Barreto, Raquel de Andrade. 2005. *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Brazil, Érico Vital, e Schuma Schumacher, orgs. 2007. *Mulheres negras do Brasil*. Senac Nacional.

Caldwell, Kia Lilly. 2010. A institucionalização de estudos sobre a mulher negra: perspectivas dos Estados Unidos e do Brasil. *Revista ABPN* 1 (1): 18-27.

Carneiro, Sueli. 2003. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In *Racismos contemporâneos*, organizado por Empreendedores Sociais Ashoka, e Takano Cidadania. Takano Editores.

Castells, Manuel. 2003. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Zahar.

Costa, Cristiane. 2018. *Rede. Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. Companhia das Letras.

Day, Richard. 2005. *Gramsci is dead: anarchist currents in the newest social movements*. Pluto Press.

Domingues, Petrônio. 2009. Entre Dandaras e Luizas Mahins: mulheres negras e anti-racismo no Brasil. In *Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*, organizado por Amaury Mendes Pereira e Joselina Silva. Nandyala.

Garcia, Carla Cristina. 2011. *Breve história do feminismo*. Editora Claridade.

Gerbaudo, Paolo. 2014. The persistence of collectivity in digital protest. *Journal Information, Communication & Society* 17 (2): 264-268. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2013.868504>

Gohn, Maria da Glória e Breno M. Bringel, orgs. 2012. *Movimentos Sociais na era global*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Gohn, Maria da Glória. 2017. *Manifestações e Protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. Cortez.

Gomes, Wilson. 2016. "Nós somos a rede social!": o protesto político entre as ruas e as redes. In *Democracia digital: publicidade, instituições e confronto político*, organizado por Ricardo Fabrino Mendonça, Marcus Abílio Pereira e Fernando Filgueiras. Editora da UFMG.

Guimarães, Antônio Sérgio, Flávia Rios e Edilza Sotero. 2020. Coletivos negros e novas identidades raciais. *Novos estudos Cebrap* 39 (2): 309-27. <https://doi.org/10.25091/s01013300202000020004>.

Gonzalez, Lélia. 2016. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In *Problemas de gênero*, organizado por Carla Rodrigues, Luciana Borges e Tania Regina Oliveira Ramos. Funarte.

Hall, Stuart. 2005. *A identidade cultural da pós-modernidade*. DP&A Editora.

Hanchard, Michael George. 2001. *Orfeu e o poder: movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1946-1988)*. Editora da Uerj.

Hollanda, Heloisa Buarque de. 2018. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. Companhia das Letras.

Lima, Dulcilei da Conceição. 2011. *Desvendando Luíza Mahin: um mito libertário no cerne do feminismo negro*. Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura, Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Moreira, Núbia Regina. 2007. *O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e em São Paulo*. Mestrado em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas.

Oliveira, Taís e Dulcilei C. Lima. 2020. Mulheres e tecnologias de sobrevivência: economia étnica e afro-empresendedorismo. In *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiapóricos*, organizado por Tarcizio Silva. LiteraRua.

Pereira, Amaury Mendes, e Joselina Silva, orgs. 2014. *O movimento de mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Nandyala.

Perez, Olívia C., e Bruno M. Souza. 2017. Velhos, novos ou novíssimos movimentos sociais? As pautas e práticas dos coletivos. *Anais 41º Encontro anual da Anpocs*. Anpocs.

Rios, Flávia. 2017. A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras: da ditadura militar à democracia. In *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*, organizado por Eva Alterman Blay e Lucia Avelar. Edusp.

Rocha, Lourdes de Maria L. N. 2016. Feminismo, gênero e políticas públicas: desafios para fortalecer a luta pela emancipação. *Revista de Políticas Públicas* 20: 305-12. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v20nEp313-322>

Santiago, Leonardo Sagrillo. 2016. *Os "novíssimos" movimentos sociais e a sociedade em rede: a criminalização das "jornadas de junho" de 2013 e a consolidação de um estado delinquente*. Mestrado em Direito, Universidade Federal de Santa Maria.

Scherer-Warren, Ilse. 2006. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e estado* 21 (1): 109-30. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922006000100007>.

Silva, Joselina. 2014. I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980. In *O movimento de mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*, organizado por Joselina Silva e Amaury Mendes Pereira. Nandyala.

Silveira, Sergio Amadeu. 2016. Insurgências, redes de opinião e coletivos de intervenção. In *Democracia digital: publicidade, instituições e confronto político*, organizado por Ricardo Fabrino Mendonça, Marcus Abílio Pereira e Fernando Filgueiras. Editora UFMG.

Steele, Catherine K. 2016. Signifying, bitching and blogging: black women and resistance discourse online. In *The intersectional internet: race, class, and culture online*, organizado por Safiya Umoja Noble, Brendesha M. Tynes. Peter Lang Publishing.

Dulcilei da Conceição Lima

Doutora em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC), em São Bernardo, SP, Brasil; mestre em Educação, Arte e História da Cultura pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie (IPM), em São Paulo, SP, Brasil. Pós-doutoranda em Antropologia Social na Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, SP, Brasil.

Os textos deste artigo foram revisados pela SK Revisões Acadêmicas e submetidos para validação da autora antes da publicação.